

Ao Presidente da Comissão de

Justiça

para os devidos fins.

Em 27/05/25

pp. Marcelle Lima

Concelção de Marla Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissão Técnicas

Ao Deputado

Henrique Reis

para relatar.

Em 27/05/25

Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ  
GABINETE DO DEP. ESTADUAL FÁBIO NOVO (PT/PI)

PARECER Nº

MENSAGEM Nº 70 DE 16 DE ABRIL DE 2025 – PROJETO DE LEI Nº 46 DE 14 DE ABRIL DE 2025. AUTORIA DO EXCELENTÍSSIMO GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ.

<b>EMENTA:</b>	<i>Dispõe sobre o Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Piauí – STRIP/PI, e revoga a Lei 8.562 de 07 de janeiro de 2025.</i>
----------------	--

## I. RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que visa estabelecer o Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Piauí – STRIP/PI, e revogar a Lei 8.562 de 07 de janeiro de 2025.

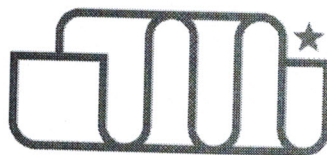
Para tanto, apresenta as seguintes justificativas: “A presente proposição tem por objetivo estabelecer um novo marco normativo para o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado do Piauí, disciplinando de forma abrangente os aspectos relacionados à prestação, à fiscalização, à remuneração, aos direitos dos usuários, às modalidades de outorga e aos regimes jurídico-operacionais dos serviços.

(...)

A proposta foi elaborada no âmbito da Secretaria de Governo, com base em estudos técnicos desenvolvidos pela Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí – AGRESPI e pela Secretaria dos Transportes – SETRANS. Observando as normas sobre elaboração normativa, o texto também foi submetido à apreciação da Procuradoria Geral do Estado, conforme dispõe o Decreto nº 19.926, de 15 de julho de 2021.

Além disso, o novo Projeto de Lei incorpora, de forma expressa, os fundamentos e os efeitos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.241, que declarou a inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 7.844/2022 e reforçou a necessidade de adequação normativa dos regimes transitórios no transporte alternativo, em conformidade com os parâmetros constitucionais.





**ALEPI**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ**  
**GABINETE DO DEP. ESTADUAL FÁBIO NOVO (PT/PI)**

Diante das razões expostas, a mensagem foi enviada a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí em busca de chancela legislativa.

Eis o relatório.

## **II. VOTO DO RELATOR**

Sendo assim, passo a emitir parecer em consonância com o artigo 80 do Regimento Interno<sup>1</sup> desta Casa. Conforme previsão regimental, mais especificamente disposta no artigo 123, I, "a", do RIALEPI<sup>2</sup>, o parecer apreciador da matéria deve obedecer a exigências intrínsecas e indispensáveis à edição de norma, dentre as quais a verificação da constitucionalidade, vício de iniciativa, competência dentre outras.

O objetivo da propositura é estabelecer um novo marco normativo para o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado do Piauí, disciplinando de forma abrangente os aspectos relacionados à prestação, à fiscalização, à remuneração, aos direitos dos usuários, às modalidades de outorga e aos regimes jurídico-operacionais dos serviços.

### **II.1-Quanto à iniciativa:**

A hipótese está assegurada na redação do art. 102, X e XI da Constituição do Estado do Piauí:

*Art. 102. Compete privativamente ao Governador do Estado:*

*X - Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;*

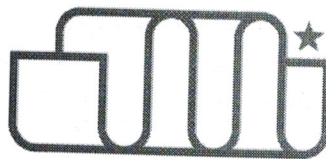
*XI - fundamentar, circunstanciadamente, os projetos de lei que remeter à Assembleia Legislativa;*

### **II.2-Quanto à constitucionalidade:**

O PLO encontra respaldo no art. 25, § 1º e art. 175 da Constituição Federal, que reconhece aos Estados a competência para organizar e explorar os serviços públicos de interesse predominantemente regional, como é o caso do transporte intermunicipal de passageiros:

<sup>1</sup>**Art. 80.** Em regra, antes da deliberação do Plenário, as proposições dependem da emissão, discussão e aprovação de parecer das Comissões Técnicas pertinentes, ressalvadas as espécies indicadas nos incisos do art. 108.

<sup>2</sup>**Art. 123.** As Comissões Permanentes desta Assembleia e suas respectivas competências e atribuições são as seguintes: **I - Comissão de Constituição e Justiça:** a) aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Assembleia ou de suas Comissões, para efeito de admissibilidade e tramitação;



**ALEPI**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ  
GABINETE DO DEP. ESTADUAL FÁBIO NOVO (PT/PI)**

*Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.*

*§ 1º São reservadas aos Estados às competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.*

Além disso, o art. 175 da Constituição Federal está em perfeita harmonia com a Constituição do Estado do Piauí ao reconhecer a competência dos Estados membros para legislar sobre o tema:

*Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.*

Ainda, verifico que este projeto de lei não encontra óbice quanto às matérias privativas constantes do art. 22 da CF/88 (Competência Privativa da União).

**II.3-Quanto à competência:**

O art. 189 da Constituição do Estado do Piauí atribui ao Poder Público a incumbência de prestar, direta ou indiretamente, mediante concessão ou permissão, os serviços públicos, sempre por meio de licitação, bem como fiscalizar sua adequada execução e assegurar os direitos dos usuários, veja-se:

*Art. 189. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.*

*Parágrafo único. As empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos sujeitam-se a permanente controle e fiscalização do Poder Público, cumprindo-lhes manter adequada execução do serviço e plena satisfação dos direitos dos usuários.*

Destaque-se que o Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou o seu entendimento de que a exploração e regulamentação do serviço de transporte público intermunicipal é de competência estadual, no exercício de sua competência reservada, por força do artigo 25, §1º da Constituição Federal ao julgar o Recurso Extraordinário nº 1.424.270/SP.

Por fim, vale ressaltar, ainda, que eventuais questões sobre o mérito da proposta deverão ser alvo de detida análise na comissão temática pertinente, uma vez que a análise realizada pela Comissão de Constituição e Justiça não se alonga por critérios de conveniência, mérito ou mesmo oportunidade nas proposições a ela submetidas, mas tão somente à eventual existência de óbices de natureza inconstitucional, antijurídica, vícios de iniciativa e





**ALEPI**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ**  
**GABINETE DO DEP. ESTADUAL FÁBIO NOVO (PT/PI)**

até mesmo de técnica na edição de normas, ficando a cargo das comissões especiais a verificação daqueles critérios.

Por todo o exposto, observando a grande importância da proposição e sua boa técnica legislativa, manifesto-me favoravelmente à aprovação do referido projeto.

**III. PARECER DA COMISSÃO**

Em discussão, em votação:

- ( x ) Aprovação.  
( ) Aprovação com Emenda.  
( ) Rejeição.

APROVADO À UNANIMIDADE EM, <u>09/12/25</u> PRESIDENTE DA COMISSÃO DE: <u>Justiça</u>
---

*Fábio Novo*  
FÁBIO NOVO

DEPUTADO ESTADUAL (PT/PI).

Sala de Reunião das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa em Teresina/PI, \_\_\_ de \_\_\_ de 2025.

Concedido vista ao processo  
do Dep. Gersonaldo Praves  
Em 08/05/25  
Presidente da Comissão de Justiça